



JORNAL da REPÚBLICA

\$1.00

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA :

Despacho :Nº 42/GM/MJ/VI/2007	657
Despacho :Nº 43/GM/MJ/VI/2007	657
Despacho :Nº 44/GM/MJ/VI/2007	658
Despacho :Nº 45/GM/MJ/VI/2007	658
Despacho :Nº 46/GM/MJ/VI/2007	658
Despacho :Nº 47/GM/MJ/VI/2007	659
Despacho :Nº 48/GM/MJ/VI/2007	659
Despacho :Nº 49/GM/MJ/VI/2007	660
Despacho :Nº 50/GM/MJ/VI/2007	660
Despacho :Nº 51/GM/MJ/VI/2007	660
Despacho :Nº 52/GM/MJ/VI/2007	661
Despacho :Nº 53/GM/MJ/VI/2007	661
Despacho :Nº 54/GM/MJ/VI/2007	662

SECRETARIA DE ESTADO DO CONSELHO DE MINISTROS:

Despacho :Nº 01/2007 de 20 de Junho	662
Despacho :Nº 02/2007 de 20 de Junho	662

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES :

Acta Final do Concurso	663
------------------------------	-----

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO:

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

Despacho da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Exercício..	665
--	-----

MINISTÉRIO DO PLANO E DAS FINANÇAS:

Despacho :Nº 17/GM/MPF/2007	667
Despacho :Nº 18/GM/MPF/2007	668
Despacho :Nº 19/GM/MPF/2007	668
Despacho :Nº 20/GM/MPF/2007	668
Despacho :Nº 21/GM/MPF/2007	668
Despacho :Nº 22/GM/MPF/2007	669
Despacho :Nº 23/GM/MPF/2007	669
Despacho :Nº 24/GM/MPF/2007	669
Despacho :Nº 25/GM/MPF/2007	670
Despacho :Nº 26/GM/MPF/2007	670

MINISTÉRIO DOS RECURSOS NATURAIS E DA POLÍTICA ENERGÉTICA:

Despacho :Nº 467VI/2007/MRNMPE	671
--------------------------------------	-----

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

Despacho nº 21/GMEC/2007	671
--------------------------------	-----

Despacho :Nº 42/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de re-

gime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Administração de Bens Imóveis do Estado sob a competência da Direcção Nacional de Terras e Propriedades.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Eng. Santiago Soares**, Técnico Superior de 2º classe, nível 6, para o cargo do Chefe Departamento de Administração Bens Imóveis do Estado da **Direcção Nacional de Terras e Propriedades** do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no Mapa em anexo II conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho :Nº 43/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Registo de Títulos e Disputas de Terras sob a competência da Direcção Nacional de Terras e

Propriedades.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Eng. Horacio da Silva**, Técnico Superior de 2º classe, nível 6, para o cargo do **Chefe Departamento de Registo de Títulos e Disputas de Terras da Direcção Nacional de Terras e Propriedades** do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, pre-visto no Mapa em anexo II conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho :Nº 44/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Cadastro e Informação de Terras sob a competência da Direcção Nacional de Terras e Propriedades.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Eng. Paulino da Cruz**, Técnico Superior de 2º classe, nível 6, para o cargo do **Chefe Departamento de Cadastro e Informação de Terras da Direcção Nacional de Terras e Propriedades** do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no Mapa em anexo II conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho :Nº 45/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Administração e Finanças sob a competência da Direcção Nacional de Terras e Propriedades.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Dr. Helder Cosme Marçal Belo**, Técnico Superior de 2º classe, nível 6, para o cargo do **Chefe Departamento de Administração e Finanças da Direcção Nacional de Terras e Propriedades** do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no Mapa em anexo II conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

**Despacho
Nº 46/GM/MJ/VI/2007**

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular

lar preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Conservatória Regional de Dili sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeada a **Dra. Delfina Maia Amaral**, Técnico Superior de 2ª classe, nível 6, para o cargo de **Chefe Departamento de Conservatória Regional de Dili** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuída á nomeada, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 47/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Arquivo e Conservação de Dados sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Eng. Nelson Manuel Moniz Belo**, Técnico Superior de 2ª classe, nível 6, para o cargo de **Chefe Departamento de Arquivo e Conservação de Dados** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.

3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 48/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Conservatória Regional de Oe-Cusse sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. Miguel Soares**, Técnico Superior de 2ª classe, nível 6, para o cargo de **Chefe Departamento de Conservatória Regional de Oe-Cusse** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos à partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 49/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Administração, Finanças e Logística sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. Sabino da Costa**, Assistente Técnico Profissional de 2ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Administração, Finanças e Logística** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 50/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das

tarefas inerentes ao serviço de Registo Civil do Distrito de Ainaro sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. José Sousa dos Reis**, Assistente Técnico Profissional de 2ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Registo Civil do Distrito de Ainaro** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 51/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Registo Civil do Distrito de Baucau sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. Justinho Monteiro**, Assistente Técnico Profissional de 2ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Registo Civil do Distrito de Baucau** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

dice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.

Públique-se

O Ministro da Justiça

3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

Dr. Domingos Maria Sarmento

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Despacho
Nº 53/GM/MJ/VI/2007

Públique-se

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
Nº 52/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Registo Civil do Distrito de Viqueque sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Registo Civil do Distrito de Covalima sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10º do Decreto-Lei nº 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. Rogério da Costa**, Assistente Técnico Profissional de 2ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Registo Civil do Distrito de Viqueque** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

1. É nomeado o **Sr. António Sarmento**, Assistente Técnico Profissional de 2ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Registo Civil do Distrito de Covalima** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.

2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.

3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Públique-se

O Ministro da Justiça

3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o ín-

Dr. Domingos Maria Sarmento

Despacho
N.º 54/GM/MJ/VI/2007

Considerando que o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública) estabelece que a nomeação para os cargos de direcção e chefia faz-se por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular preferencialmente dentre funcionários das carreiras de regime geral.

Tendo em conta a importância de proceder à coordenação das tarefas inerentes ao serviço de Conservatória Regional de Baucau sob a competência da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.

Assim, o Ministro da Justiça, no uso das competências próprias previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 13/2006, de 9 de Agosto, conjugado com o disposto no número 2, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 29 de Outubro, e atendendo ao disposto nos artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro, determina:

1. É nomeado o **Sr. Victor da Costa Neto**, Assistente Técnico Profissional de 2.ª classe, nível 5, para o cargo de **Chefe Departamento de Conservatória Regional de Baucau** da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado do Ministério da Justiça.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço pelo período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. É atribuído ao nomeado, para efeitos de vencimento, o índice 500, previsto no mapa em anexo II, conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 15 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Junho de 2007.

Publique-se.

O Ministro da Justiça

Dr. Domingos Maria Sarmento

DESPACHO N.º 01/2007
de 20 de Junho

Nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública), a nomeação para os cargos de direcção e chefia é feita por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular e,

preferencialmente, de entre funcionários das carreiras de regime geral.

O n.º 2 do mesmo artigo determina que a nomeação para o cargo de director nacional deve ser feita entre técnicos superiores do quadro da Administração Pública.

Assim, no uso das competências que me são atribuídas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 13/2006, de 9 de Agosto e atendendo ao disposto nos artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro, determino:

É nomeado o técnico superior licenciado VICTOR MANUEL DE DEUS MAIA para, pelo período de dois anos, exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional da Direcção Nacional de Administração e Apoio ao Conselho de Ministros, serviço integrado na estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros,

Gregório de Sousa

DESPACHO N.º 02/2007
de 20 de Junho

Nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro (Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública), a nomeação para os cargos de direcção e chefia é feita por livre escolha da entidade competente, mediante apreciação curricular e, preferencialmente, de entre funcionários das carreiras de regime geral.

O n.º 2 do mesmo artigo determina que a nomeação para o cargo de director nacional deve ser feita entre técnicos superiores do quadro da Administração Pública.

Assim, no uso das competências que me são atribuídas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 13/2006, de 9 de Agosto e atendendo ao disposto nos artigos 23.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 19/2006, de 19 de Novembro, determino:

É nomeado o técnico superior licenciado DOMINGOS ROMUALDO DOS SANTOS CARMO AMARAL para, pelo período de dois anos, exercer em comissão de serviço o cargo de director nacional da Direcção Nacional dos Serviços de Tradução, serviço integrado na estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros,

Gregório de Sousa

Acta Final do Concurso

No âmbito da realização do Concurso de Ingresso para o preenchimento de vaga para a categoria de **Director Nacional de Administração e Finanças, Nível 6** sob a Direcção Nacional de Administração e Finanças, Vaga No. ADM-001, realizaram –se a prova escrita e a entrevista profissional em Dili, no Edifício do Ministério dos Transportes e das Comunicações de acordo com o seguinte calendário :

- a. Dia 10 de Janeiro de 2007 das 09.30 às 11.10: Prova escrita sobre Conhecimentos gerais (Matemática, capacidade analítica, eventos actuais e Constituição da República Democrática de Timor-Leste) e sobre questões mais específicas relacionadas á vaga e a posição designada, e tendo como lugar a Sala de Reuniões do Ministério dos Transportes e das Comunicações N°3 - 2° Piso.
- b. Dia 15 de Fevereiro 2007 das 09:56 às 10:30 horas : Entrevista profissional tendo como lugar a Sala de Reuniões do Ministério dos Transportes e das Comunicações N°3 - 2° Piso.

O júri teve a seguinte constituição:

- Presidente Eng.Fernando Carvalho da Cruz, Secretário Permanente do Ministério dos Transportese das Comunicações
- Vogal Víctor Maia em substituição do Eng. Libório Pereira, Director Nacional da Função Pública do Ministério de Administração Estatal
- Vogal José Gaspar R.C. Piadade, Secretário Permanente do Minstério das Obras Públicas
- Vogal Eng.Romualdo A. S. da Silva, Director da ANATL e da AACTL
- Vogal Arq.Joanico Gonçalves, Director do Instituto de Gestão de Equipamentos

O total dos candidatos aprovados na selecção dos documentos foram 7 e os mesmos participaram na prova escrita abaixo se mencionada:

Nº	Nome Completo	Data Nascimento	Morada
1	Prisca D. Araujo Corte-Real	10-01-1977	Vila-Verde
2	Teotónio S. F. de Assis	18-02-1954	Comoro
3	Afonso Alves de Jesus Candido	30-03-1975	Beto
4	Oscar Soares	19-12-1960	Comoro
5	João da Silva Belo	12-06-1966	Bidau Masau
6	Leonardo S. Magno	24-11-1957	Taibessi
7	Alexandre Freitas	22-02-1956	Ai Look Laran

O Resultado das provas escrita e entrevista profissional são as seguintes:

Nº	Nome Completo	Prova Escrita	Entrevista Profissional	Media Final	Graduação
1	Teotónio S. F. de Assis	13	15.9	14.45	1º Graduado
2	Alexandre Freitas	5	X	X	Reprovado
3	Leonardo S. Magno	4.69	X	X	Reprovado
4	Oscar Soares	3.87	X	X	Reprovado
5	Afonso Alves de Jesus Candido	2.87	X	X	Reprovado
6	Prisca D. Araujo Corte-Real	0.75	X	X	Reprovado
7	João da Silva Belo	X	X	X	Reprovado

Baseando no Artigo 22-4 da Instrução No. 1/GVM/MAI/2003 o candidato abaixo mencionado deverá ser escolhido ou aprovada pela Ministra da Administração Estatal.

Nº	Nome Completo	Prova Escrita	Entrevista Profissional	Media Final	Graduação
1	Teotónio S. F. de Assis	13	15.9	14.45	1 ^o Graduado

Dili, aos 01 de Março de 2007

O presidente do Júri

Eng. Fernando Carvalho da Cruz

Secretário Permanente dos Transportes e das Comunicações,

Presidente do Júri para os Níveis 2, 3, 4, 5, 6 e 7

Homologado,

Inácio Freitas Moreira

Ministro dos Transportes e das Comunicações

Acta Final do Concurso

No âmbito da realização do Concurso de Ingresso para o preenchimento de vaga para a categoria de **Director Nacional dos Serviços Postais, Nível 6** sob a Direcção Nacional dos Serviços Postais, Vaga No. SP-001, realizaram-se a prova escrita e a entrevista profissional em Dili, no Edifício do Ministério dos Transportes e das Comunicações de acordo com o seguinte calendário :

- a. Dia 15 de Janeiro de 2007 das 09:30 às 11:10: Prova escrita sobre Conhecimentos gerais (Matemática, capacidade analítica, eventos actuais e Constituição da República Democrática de Timor-Leste) e sobre questões mais específicas relacionadas á vaga e a posição designada, e tendo como lugar a Sala de Reuniões do Ministério dos Transportes e das Comunicações Nº3 - 2º Piso.
- b. Dia 15 de Fevereiro 2007 das 09:30 às 09:55 horas : Entrevista profissional tendo como lugar a Sala de Reuniões do Ministério dos Transportes e das Comunicações Nº3 - 2º Piso.

O júri teve a seguinte constituição:

Presidente	Eng. Fernando Carvalho da Cruz, Secretário Permanente do Ministério dos Transportes e das Comunicações
Vogal	Víctor Maia em substituição do Eng. Libório Pereira, Director Nacional da Função Pública do Ministério de Administração Estatal
Vogal	José Gaspar R.C. Piadade, Secretário Permanente do Ministério das Obras Públicas
Vogal	Eng. Romualdo A. S. da Silva, Director da ANATL e da AACTL
Vogal	Arq. Joânico Gonçalves, Director do Instituto de Gestão de Equipamentos

O total dos candidatos aprovados na selecção dos documentos foram 3 como abaixo se menciona:

Nº	Nome Completo	Data Denascimento	Morada
1	Rui Manuel Neto Fraga	09-09-1962	Bairo-Pite
2	Teotónio S. F. de Assis	18-02-1954	Comoro
3	Deonísio de Araújo	20-08-1966	Delta III - Comoro

O Resultado das provas escrita e entrevista profissional são as seguintes:

Nº	Nome Completo	Prova Escrita	Entrevista Profissional	Media Final	Graduação
1	Rui Manuel Neto Fraga	13.37	16.4	14.88	1º Graduado
2	Teotónio Santa F. deAssis	8.75	X	X	Reprovado
3	Deonísio de Araújo	X	X	X	Reprovado

Baseando no Artigo 22-4 da Instrução No. 1/GVM/MAI/2003 o candidato abaixo mencionado deverá ser escolhido ou aprovada pela Ministra da Administração Estatal.

Nº	Nome Completo	Prova Escrita	Entrevista Profissional	Media Final	Graduação
1	Rui Manuel Neto Fraga	13.37	16.4	14.88	1º Graduado

Dili, aos 01 de Março de 2007

O presidente do Júri

Eng.Fernando Carvalho da Cruz
Secretário Permanente dos Transportes e das Comunicações,
Presidente do Júri para os Níveis 2, 3, 4, 5, 6 e 7

Homologado,

Inácio Freitas Moreira
Ministro dos Transportes e das Comunicações

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

DESPACHO DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO EM EXERCÍCIO NO. 64/22 /06 / 2007

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Na sequência da rotação interna bem como movimentação de diplomatas do MNEC para as Embaixadas de Timor-Leste no exterior, vacum em diversas Chefias das Direcções foram afectados, facto que foram necessários preencher para garantir a sustentabilidade do bom funcionamento das mesmas.

Deste modo, reitero a nomeação da senhora Madalena Alves, nomeada no dia 5 de Setembro de 2006, para exercer as funções de Directora Interina da Direcção Bilateral do Ministério dos

Negócios Estrangeiros e Cooperação, como substituto do antigo Director Bilateral, senhor Nelson Santos;

A Directora Interina da Direcção Bilateral, é responsável pela implementação das actividades da Direcção de acordo com o que está estipulado na Lei Orgânica do MNEC;

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

**DESPACHO DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO EM
EXERCÍCIO
NO. 64/22 /06 / 2007**

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Na sequência da rotação interna bem como movimentação de diplomatas do MNEC para as Embaixadas de Timor-Leste no exterior, vaccum em diversas Chefias das Direcções foram afectados, facto que foram necessários preencher para garantir a sustentabilidade do bom funcionamento das mesmas.

Deste modo, reitero a nomeação do senhora Inês Moreira, nomeada no dia 1 de Fevereiro de 2007, para exercer as funções de Directora Interina da Direcção Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, como substituta do antigo Director da Direcção Consular, senhor Antonito de Araújo;

A Directora Interina da Direcção Consular, é responsável pela implementação das actividades da Direcção de acordo com o que está estipulado na Lei Orgânica do MNEC;

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negocios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

**DESPACHO DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO EM
EXERCÍCIO
NO. 64/22 /06 / 2007**

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Na sequência da rotação interna bem como movimentação de diplomatas do MNEC para as Embaixadas de Timor-Leste no exterior, vaccum em diversas Chefias das Direcções foram afectados, facto que foram necessários preencher para garantir a sustentabilidade do bom funcionamento das mesmas.

Deste modo, reitero a nomeação da senhora Dirce Carolina, nomeada no dia 5 de Setembro de 2006, para exercer as

funções de Directora Interina da Direcção Regional do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, como substituto do antigo Director Regional, senhor João Freitas de Câmara, que tinha sido nomeado para a posição de Secretário-Geral Interino do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

A Directora Interina da Direcção Regional, é responsável pela implementação das actividades da Direcção de acordo com o que está estipulado na Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negocios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

**DESPACHO DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO EM
EXERCÍCIO
NO. 64/22 /06 / 2007**

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Na sequência da rotação interna bem como movimentação de diplomatas do MNEC para as Embaixadas de Timor-Leste no exterior, vaccum em diversas Chefias das Direcções foram afectados, facto que foram necessários preencher para garantir a sustentabilidade do bom funcionamento das mesmas.

Deste modo, reitero a nomeação do senhor Crisogno de Araújo, nomeado no dia 5 de Setembro de 2006, para exercer as funções de Director Interino da Direcção Protocolar do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, como substituto do antiga Directora Protocolar, senhora Leonor Mota;

O Director Interino da Direcção Protocolar é responsável pela implementação das actividades da Direcção de acordo com o que está estipulado na Lei Orgânica do MNEC;

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

**DESPACHO DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO EM
EXERCÍCIO
NO. 64/22 /06 / 2007**

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Na sequência da rotação interna bem como movimentação de diplomatas do MNEC para as Embaixadas de Timor-Leste no exterior, vaccum em diversas Chefias das Direcções foram afectados, facto que foram necessários preencher para garantir a sustentabilidade do bom funcionamento das mesmas.

Deste modo, reitero a nomeação do senhor Francisco Cepeda, nomeado no dia 5 de Setembro de 2006, para exercer as funções de Director Interino da Direcção Multilateral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, como substituto do antigo Director Multilateral, senhor João Freitas de Câmara, nomeado na mesma data para a posição de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

O Director Interino da Direcção Multilateral, é responsável pela implementação das actividades da Direcção de acordo com o que está estipulado na Lei Orgânica do MNEC;

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua nomeação, e permanece em vigor até nova decisão.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

EXTENSÃO DA NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA

**DESPACHO DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO
NO. 64/22 /06 / 2007**

Considerando a Lei No. 08/2004, de 16 de Julho de 2004, Capítulo III, Artigo 30 sobre a Nomeação em Substituição.

Considerando ainda que a nomeação temporária do senhor João Freitas de Câmara, como Secretário-Geral a.i. do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, publicada em Setembro de 2006, tem como período de duração 3 meses, começando a partir de princípios de Setembro até Dezembro de 2006;

Considerando também ainda que, até a presente data ainda, não há nenhuma decisão para uma possível substituição e

para garantir a legalidade jurídica na execução das suas funções bem como em questões administrativas, reitero a extensão do período de mandato até nova decisão;

O Secretário-Geral Interino, é responsável pela coordenação e supervisão dos serviços públicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, bem como implementação das decisões do Ministro e Vice-Ministro/a dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

O Despacho entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Dili, 22 de Junho de 2007

Adaljiza Magno
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em Exercício

DESPACHO Nº 17/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM COMISSÁRIO INTERINO NA
SERVIÇOS DE IMPOSTOS DE TIMOR-LESTE**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Comissário dos Serviços de Impostos de Timor-Leste, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho, Nomeia Comissário Interino dos Serviços Impostor de Timor-Leste com efeito de 1 de Julho de 2007 até dia 31 de Dezembro de 2007

O Sr. Ângelo de Almeida
Natural de Orlalan-Manatuto, nasceu em 04 de Julho de 1965

Na sua função de Comissario Interino, o Sr. Ângelo de Almeida auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 18/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR INTERINO NA
DIRECÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director na Direcção Nacional do Estatística, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Interino na Direcção Nacional do Estatística, com efeito de 1 Julho de 2007 até 31 de Dezembro de 2007

O Sr. Manuel Mendonça

Natural de Aileu, nasceu em 08 de Setembro de 1958

Na sua função de Director Interino, o Sr. Manuel Mendonça auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 19/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR INTERINO NA
DIRECÇÃO NACIONAL DA ALFÂNDEGA**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director na Direcção Nacional Da Alfândega, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Interino na Direcção Nacional Da Alfândega, com efeito de 1 Julho de 2007 até 31 de Dezembro de 2007

O Sr. Uldarico Maria Rodrigues

Natural de Lospalos, nasceu em 29 de Dezembro de 1958

Na sua função de Director Interino, o Sr. Uldarico Maria Rodrigues auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 20/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR ADJUNTO INTERINO
NA DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director Adjunto do Direcção Nacional do Tesouro, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Adjunto Interino na Direcção Nacional do Tesouro com efeito de 1 de Julho de 2007 até dia 31 de Dezembro de 2007

O Sr. Mário Miguel de J. Mesquita

Natural de Dili, nasceu a 15 de Fevereiro de 1970

Na sua função de Director Adjunto Interino, o Sr. Mario Miguel de J. Mesquita auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 21/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR ADJUNTO INTERINO
NA DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director Adjunto na Direcção Nacional do Tesouro, na pendência de nomeação

definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Adjunto Interino na Direcção Nacional do Tesouro, com efeito de 1 de Julho de 2007 até 31 de Dezembro de 2007

O Sr. Manuel Monteiro

Natural de Viqueque, nasceu a 9 de Março de 1970

Na sua função de Director Adjunto Interino, o Sr. Manuel Monteiro auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO NO. 22/GM/MPF/2007

NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR INTERINO NA DIRECÇÃO ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA INFORMÁTICA

A Ministra do Plano e das Finanças

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director na Direcção Administração e TI, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Interino na Direcção Administração e TI, com efeitos desde 1 de Julho de 2007 até 31 de Dezembro de 2007,

O Sr. Macário F. Sanches

Natural de Lospalos, nasceu em 17 de Setembro de 1970

Na sua função de Director Interino, o Sr. Macário F. Sanches auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO NO. 23/GM/MPF/2007

NOMEAÇÃO DE UM COORDENADOR INTERINO NA UNIDADE POLÍTICA TRIBUTÁRIA E MACRO ECONOMIA

A Ministra do Plano e das Finanças

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Coordenador na Unidade Política Tributária e Macro Economia, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Coordenador Interino na Unidade Política Tributária e Macro Economia, com efeitos desde 1 de Julho de 2007 até 31 de Dezembro de 2007,

O Sr. Cristino Gusmão

Natural de Atabae-Maliana, nasceu em 10 de Outubro de 1965

Na sua função de Coordenador Interino, o Sr. Cristino Gusmão auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 24/GM/MPF/2007

NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR ADJUNTO INTERINO NA DIRECÇÃO NACIONAL DA ALFÂNDEGA

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director Adjunto na Direcção Nacional Da Alfândega, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Adjunto Interino na Direcção Nacional Da Alfândega, com efeito de 1 Julho de 2007 até 31 de Decembro de 2007

O Sr. Domingos Rodrigues Pereira

Natural de Manatuto, nasceu em 6 de Setembro de 1957

Na sua função de Director Adjunto Interino, o Sr. Domingos Rodrigues Pereira auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO NO. 25/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR INTERINO NA
DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO**

A Ministra do Plano e das Finanças

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director na Direcção Nacional do Orçamento, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Interino na Direcção Nacional do Orçamento, com efeitos desde 1 de Julho de 2007 até 31 de Decembro de 2007,

O Sr. Antonio Freitas

Natural de Dili, nasceu em 5 de Agosto de 1973

Na sua função de Director Interino, o Sr. Antonio Freitas auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO Nº 26/GM/MPF/2007

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR ADJUNTO INTERINO
NA DIRECÇÃO
NACIONAL DA ALFÂNDEGA**

A Ministra do Plano e das Finanças,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento interino da vaga de Director Adjunto na Direcção Nacional Da Alfândega, na pendência de nomeação definitiva do cargo, mantendo a continuidade funcional deste departamento; e

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho,

Nomeia Director Adjunto Interino na Direcção Nacional Da Alfândega, com efeito de 1 Julho de 2007 até 31 de Decembro de 2007

O Sr. Valente António Freitas Araújo

Natural de Ainaro, nasceu em 24 de Dezembro de 1962

Na sua função de Director Adjunto Interino, o Sr. Valente António Freitas Araújo auferirá o salário de funcionário de nível 6.

O presente Despacho será publicado no Jornal da República de Timor-Leste, de acordo com a Lei No. 1/2002 de 7 de Agosto de 2002 sobre Publicação dos actos.

Dili, 29 de Junho de 2007

Maria Madalena Brites Boavida
(Ministra do Plano e das Finanças)

DESPACHO No. 467/VI/2007/MRNMPE

**NOMEAÇÃO DE UM DIRECTOR PARA A
DIRECÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS DO MINISTÉRIO RNMPE**

O Ministro dos Recursos Naturais, Minerais e da Política Energética,

Considerando o interesse nacional e institucional no preenchimento definitivo da vaga de Director da Direcção Nacional de Administração e Finanças do Ministério RNMPE, mantendo a continuidade funcional deste departamento ;
e

Tendo em conta o disposto no artigo 23º sobre a Nomeação aprovado pelo Decreto Lei No. 19/2006 do Regime das Carreiras e dos Cargos de Direcção e Chefia da Administração Pública, de 15 de Novembro.

Nomeia o **Sr. JOSÉ LOURENÇO DO CORAÇÃO DA COSTA PEREIRA MESTRE** como Director da Direcção Nacional de Administração e Finanças do Ministério RNMPE com efeitos a partir da data de 1 de Fevereiro de 2007.

Na sua função o Sr. José Lourenço do Coração da Costa Pereira Mestre auferirá o salário do funcionário de nível 6.

O presente despacho será publicado no Jornal da República Democrática de Timor-Leste, de acordo com a Lei No 1/2002 de 7 de Agosto sobre Publicação dos Actos.

Dili, 01 de Fevereiro 2007

Dr. José A. Fernandes Teixeira
(Ministro dos Recursos Naturais, Minerais e da Política Energética)

Despacho nº 21/GMEC/2007

Tendo em conta que importa proceder à coordenação dos serviços do Ministério da Educação e da Cultura em conformidade com a nova orgânica aprovada pelo Decreto-Lei nº 21/2006, de 22 de Novembro.

Tendo presente o disposto no nº 1 o art. 23º do Regime das Carreiras e Cargos de Direcção e Chefia, aprovado pelo Decreto-Lei nº 19/2006, de 19 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 3/2007, de 21 de Março, sobre nomeação para os cargos de direcção, cuja nomeação é feita por livre escolha da entidade competente, preferencialmente, de entre funcionários com categoria de técnicos superiores.

Atendendo porém, à particular especificidade do pessoal deste Ministério, cuja carreira do regime especial está em fase de elaboração, e considerando que o Senhor Abrão dos Santos tem a experiência e o perfil adequado para o desempenho do cargo de direcção que, aliás, já vinha exercendo.

A Ministra da Educação e da Cultura da República Democrática de Timor-Leste, no uso de suas competências próprias, previstas no art. 3º do Decreto-Lei nº 21/2006, de 22 de Novembro, conjugado com o disposto nos artigos 23º e 24º do Decreto-Lei nº 3/2007, de 21 de Março, determina:

1. É nomeado o técnico superior, Abrão dos Santos, para o cargo de Director Nacional do Ensino Técnico e Superior.
2. A presente nomeação é feita em regime de comissão de serviço e por período de dois anos a contar da data da publicação do presente despacho.
3. O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte ao de sua publicação no Jornal da República.

Dili em, 13 de Junho de 2007

Rosária Maria Corte-Real
Ministra da Educação e da Cultura